



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Avenida Vicente Simões 1111. Bairro Nova Pousa Alegre – 37553-465 - Pousa Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/ E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (biênio 2018-2020), realizada em 29 de agosto de 2019.

1 Aos vinte e nove dias do mês de agosto, do ano de dois mil e dezenove, às **dez horas e seis**
2 **minutos**, no Auditório do **Campus Inconfidentes**, sob a Presidência do reitor, Professor Marcelo
3 Bregagnoli, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Superior (mandato 2018-2020),
4 estando presentes os Senhores Conselheiros: **Representantes Servidores Docentes:** *Marcelo*
5 *Augusto dos Reis, Carlos Alberto Machado Carvalho, Beatriz Glória Campos Lago, Jane Piton*
6 *Serra Sanches, Fernando Carlos Scheffer Machado, Pedro Luiz Costa Carvalho, Selma Gouvêa*
7 *de Barros. Representantes Corpo Discente:* *Ana Paula Carvalho Batista, Renan Silvério Alves*
8 *de Souza; Oseias de Souza Silva; Felícia Erika Nascimento Costa. Representantes Servidores*
9 **Técnicos Administrativos:** *Wagner Roberto Pereira; Matheus Borges de Paiva; Rafael Martins*
10 *Neves; Rosana Rovaris Zanottt, Reginaldo de Oliveira. Representantes dos Egressos:* *Cesar*
11 *Augusto Neves; Keniara Aparecida Vilas Boas; Isa Paula Avela Rezende. Representantes*
12 **Entidades Patronais:** *Mário Ferraz de Araújo. Representantes Entidades Trabalhadores:*
13 *Teovaldo José Aparecido. Representante do Setor Público ou Estatais:* *Huddson Marco*
14 *Ferreira Fernandes. Representantes Diretores-gerais dos campi:* *Luiz Flávio Reis Fernandes,*
15 *Aline Manke Nachtigall; Renato Aparecido de Souza; Flávio Donizete de Oliveira; Thiago*
16 *Caproni Tavares; Mariana Felicetti Rezende; João Olympio de Araújo Neto; Francisco Vitor de*
17 *Paula. Justificaram ausência: Representantes Servidores Técnicos Administrativos:*
18 *Priscilla Lopes Ribeiro, João Alex de Oliveira; Marcelo Rodrigo de Castro, Mônica Ribeiro de*
19 *Araújo. Representantes dos Docentes:* *Lucas Barbosa Pelissari (pediu desligamento devido a*
20 *sua redistribuição). Representantes Entidades Patronais:* *Alexandre Magno de Moura.*
21 **Representantes do Setor Público ou Estatais:** *Cássio Antônio Fernandes, Eyder de Souza*
22 *Lambert. (ambos representantes da Polícia Militar – pediram desligamento do Conselho).*
23 **Representantes Diretores Gerais:** *João Paulo Toledo Gomes; Carlos Henrique Rodrigues*
24 *Reinato. A pauta foi encaminhada antecipadamente, por e-mail, aos Conselheiros, sendo:*
25 **PAUTA REUNIÃO CONSUP 29.08.2019:** 01.Palavra do Presidente. 02. Verificação do quórum
26 do Conselho Superior (secretário). 03. Aprovação da ata da reunião do dia 27/03/2019. 04.
27 Homologação das Resoluções “Ad Referendum”: 04.01 - Resolução nº 037/2019, de 03 de abril
28 de 2019. Dispõe sobre a aprovação “ad referendum” da alteração do Projeto Pedagógico do
29 Curso de Tecnologia em Design e Moda do Campus Passos; 04.02 - Resolução nº 038/2019, de
30 15 de maio de 2019. Dispõe sobre a revogação “ad referendum” da Resolução 32/2014 que
31 dispõe sobre a aprovação das diretrizes para o processo Seletivo Discente do IFSULDEMINAS

32 Cursos Técnicos – Oferta Presencial; 04.03 - Resolução nº 039/2019, de 26 de junho de 2019.
33 Dispõe sobre a criação “ad referendum” do Curso: Especialização Técnica em Urgência e
34 Emergência – Campus Três Corações; 04.04 - Resolução nº 040/2019, de 28 de junho de 2019.
35 Dispõe sobre a criação “ad referendum” do Programa de Apoio à Institucionalização da
36 Educação à Distância no IFSULDEMINAS. 05. Pautas encaminhadas pelo Colegiado de Ensino,
37 Pesquisa e Extensão: 5.1- CRIAÇÃO DE CURSOS: 5.1.1 - Projeto Pedagógico do Curso
38 Técnico em Enfermagem Subsequente - presencial, do Campus Machado; 5.1.2 – Projeto
39 Pedagógico do Curso Superior em Administração (bacharel) - presencial, do Campus Avançado
40 Carmo de Minas; 5.1.3 – Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão
41 Educacional: supervisão, inspeção e orientação educacional - presencial do Campus Avançado
42 Três Corações; 5.1.4 – Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Matemática - ensino a
43 distância, do Campus Inconfidentes; 5.1.5 – Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em
44 Sistemas de Produção – ensino a distância, do Campus Poços de Caldas; 5.1.6 – Projeto
45 Pedagógico do Curso de Especialização no Programa de Aprimoramento Profissional em
46 Medicina Veterinária – presencial, do Campus Muzambinho; 5.2- ALTERAÇÕES DE
47 PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS: 5.2.1– Projeto Pedagógico do Curso Técnico em
48 Administração Concomitante – ensino a distância, do Campus Avançado Carmo de Minas;
49 5.2.2– Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Subsequente – ensino a
50 distância, do Campus Avançado Carmo de Minas; 5.2.3– Projeto Pedagógico do Curso Técnico
51 em Enfermagem Subsequente – presencial, do Campus Muzambinho; 5.2.4– Projeto Pedagógico
52 do Curso Superior em Medicina Veterinária (bacharelado) – presencial, do Campus
53 Muzambinho; 5.2.5– Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Fruticultura Subsequente –
54 ensino a distância, do Campus Inconfidentes; 5.2.6– Projeto Pedagógico do Curso Superior de
55 Tecnologia em Cafeicultura – presencial, do Campus Muzambinho; Histórico / PPC 5.3-
56 REFORMULAÇÕES DE REGIMENTOS: 5.3.1– Regimento do Núcleo Docente Estruturante
57 (NDE) – alteração da Resolução 107/2014; 5.3.2- Termo de Criação do Polo de Inovação em
58 Cafeicultura – reformulação da Resolução 32/2016; 5.3.3– Regimento Interno do Comitê de
59 Ética no uso de Animais – alteração da Resolução 61/2014; 5.3.4– Regulamento do Programa de
60 Pós-graduação Stricto sensu em Ciência e Tecnologia de Alimentos – alteração da Resolução
61 115/2016; 5.3.5- Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) –
62 alteração da Resolução 028/2016. 5.4- CRIAÇÃO DE REGIMENTO: 5.4.1- Regimento Interno
63 do Polo de Inovação em Cafeicultura. 06. Pautas encaminhadas pelo Colegiado de
64 Administração e Planejamento Institucional (CAPI): 6.1- Aprovação de saldo ref. 11/2017.
65 Projeto de Ações Multidisciplinares - Campus Machado – Fadema; 6.2- Regimento interno da
66 Corregedoria; 6.3- Minuta para cobrança de aluguel de espaço físico; 6.4- Tabela de Gratificação
67 por Encargo de Curso ou Concurso; 6.5- Normativa Patrimonial; 6.6- Alteração Organograma
68 Reitoria; 6.7- Alteração Organograma Campus Machado. 07. Pauta encaminhada pela Diretoria
69 de Tecnologia da Informação (DTI): 7.1- Submissão do Plano de Projeto da Segunda Edição do
70 PEIA (Programa de Estatísticas, Indicadores e Informações Acadêmicas) – Diretoria de
71 Tecnologia da Informação. 08. Pauta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (PROEN): 08.1 -
72 PEIA - prestação de contas do exercício 2018/2019 – Pró-reitoria de Ensino; 09. Expediente. O
73 diretor-geral do *Campus* Inconfidentes, professor Luiz Flávio Reis Fernandes, acolheu os
74 presentes e passou a fala para o presidente do Conselho Superior, o Reitor professor Marcelo
75 Bregagnoli. **Item 01. Palavra do Presidente.** O presidente iniciou a reunião agradecendo a
76 presença dos conselheiros e a equipe de apoio. Ele explicou que será usada uma dinâmica
77 diferente na reunião de hoje com a votação acontecendo com uso de placas coloridas para melhor

78 andamento da pauta dessa reunião que é bem extensa. O presidente também falou sobre a
79 questão do IFPLUVIAL que é um programa que está sendo implantado na instituição. É uma das
80 ações de sustentabilidade que o IFSULDEMINAS tem implantado e o *Campus* Inconfidentes,
81 assim como os demais do Instituto, está adequando os telhados para captação de água. Hoje já
82 temos 600 mil litros captados e a perspectiva é que, até o final do ano de 2020 ,estejamos
83 trabalhando com 1 milhão de litros de água no sistema de uso/reuso. Esse projeto veio somar
84 com os outros projetos de sustentabilidade desenvolvidos pelo nosso Instituto como o IFSolar
85 (captação de energia) e projeto de Conservação da Mantiqueira. **Item 03. Aprovação da ata da**
86 **reunião do dia 03/04/2019.** O presidente colocou a ata da última reunião do Conselho Superior
87 para apreciação e manifestação. O conselheiro Carlos Alberto Machado Carvalho comentou que
88 o envio do histórico das alterações nos documentos apresentados ao Conselho é tratado na
89 Resolução Nº 44 de 2016 e não no Regimento como consta no texto da ata enviado junto com a
90 pauta, assim ele solicitou a correção. Realizada a correção o presidente Marcelo Bregagnoli
91 colocou a ata da reunião do dia 03 de abril de 2019 em apreciação tendo sido aprovada. O
92 presidente solicitou que, caso os conselheiros tenham solicitação de correção na ata da reunião
93 anterior que faça, se possível, os apontamentos por e-mail antecipadamente para que possamos
94 otimizar o processo de correção, análise dos dados (se for o caso) e impressão da ata corrigida.
95 **Item 02. Verificação do quórum do Conselho Superior (secretário).** O presidente solicitou ao
96 secretário Pedro Luiz Costa Carvalho a conferência do quórum. O secretário explicou como
97 ocorrerá a utilização das placas verde, vermelha e amarela, entregues aos membros votantes.
98 Placa verde - aprovado/sim; Vermelha – não aprovo/ não e a Amarela – solicito a palavra
99 /abstenção. Feito a explicação, o secretário solicitou aos conselheiros que levantem as placas
100 verdes para conferência do quórum. Havendo quórum, 28 conselheiros presentes no momento de
101 início da reunião, deu-se prosseguimento a apresentação dos itens de pauta. **Item 04.**
102 **Homologação das Resoluções “Ad Referendum”:** O presidente Bregagnoli passou a palavra
103 para o servidor Flávio Donizete, que hoje representa o diretor-geral do *Campus* Passos, para
104 apresentação do item **04.01 - Resolução nº 037/2019, de 03 de abril de 2019. Dispõe sobre a**
105 **aprovação “ad referendum” da alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia**
106 **em Design e Moda do Campus Passos.** Flávio Donizete explicou ,que após a visita do MEC,
107 foi realizado ajustes na bibliografia e na carga horária para aprovação. O presidente lembrou que
108 o curso obteve nota máxima na avaliação do MEC e justificou a data das alterações no
109 documento que foram feitas após a apresentação do documento no CEPE e, por questão
110 cronológica, foi emitida resolução *ad referendum*. O item foi posto em apreciação e foi aprovado
111 sem ressalvas. Marcelo Bregagnoli solicitou ao pró-reitor de ensino , professor Giovane José da
112 Silva, que se manifeste sobre o item **04.02 - Resolução nº 038/2019, de 15 de maio de 2019.**
113 **Dispõe sobre a revogação “ad referendum” da Resolução 32/2014 que dispõe sobre a**
114 **aprovação das diretrizes para o processo Seletivo Discente do IFSULDEMINAS Cursos**
115 **Técnicos – Oferta Presencial.** O pró-reitor Giovane da Silva explicou que o motivo de
116 solicitação de revogação se deu em virtude das alterações no processo seletivo que ocorreram
117 esse ano, por decisão do colégio de dirigentes, com a adoção do Enem e também após a
118 transferência da Coordenação de Processos seletivos da antiga Pró-Reitoria de Desenvolvimento
119 Institucional para a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). A PROEN em parceria com as Copeses
120 (Comissões Permanentes de Seleção) fez uma análise da resolução e perceberam que alguns itens
121 eram inviáveis de se cumprir devido às questões orçamentárias. Giovane explicou que há
122 também dentro da rede mineira e nacional projetos de vestibulares conjuntos e outros que estão
123 sendo discutido entre os Institutos, e que diante disso a PROEN resolveu solicitar a revogação da

124 Resolução 32/2014. Ele afirmou que foi encaminhado ao Colégio de Dirigente Instruções
125 Normativas que dessem respaldo para as ações do vestibular 2021. Com o andamento do
126 processo seletivo e avaliação será retomado conversa com a Copeses para construção de uma
127 nova resolução mais realista diante das questões orçamentárias atuais e desafios da instituição. O
128 item foi colocado em apreciação e aprovado sem ressalvas. O presidente agradeceu e elogiou o
129 trabalho da Diretoria de Assuntos Estudantis – DAE e afirmou que foi um ganho muito grande
130 para a Instituição a criação da DAE. **Item 04.03 - Resolução nº 039/2019, de 26 de junho de**
131 **2019. Dispõe sobre a criação “ad referendum” do Curso: Especialização Técnica em**
132 **Urgência e Emergência – Campus Três Corações.** O diretor-geral do *Campus* Avançado Três
133 Corações, professor Francisco Vitor, tomou a palavra e explicou que o projeto do curso de
134 especialização técnica é um projeto já aprovado e que passou por readequações, inclusive a
135 pedido da Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – COREN MG. Conforme a fala
136 do professor Francisco, foram acrescentadas as disciplinas de administração, segurança do
137 trabalho (voltado a área hospitalar) e uma matéria na área informática para que os técnicos
138 aprofundem os conhecimentos na área de informática e software voltados a área da saúde. A
139 conselheira Beatriz da Glória pediu a palavra e comentou que percebeu, pelo PPC, que o
140 *Campus* Avançado Três Corações tem apenas enfermeiros contratados para dar andamento ao
141 curso e questionou se não tem nenhum efetivo. O diretor Francisco respondeu que esse curso não
142 é feito através de contratação e que o *Campus* não tem professor na área de enfermagem, mas
143 essa não é a primeira vez que a oferta acontece dessa forma. O presidente colocou o item em
144 apreciação e o item foi aprovado. O presidente Marcelo Bregagnoli informou que será lançado
145 no data show uma planilha, que foi deliberada pelo Conselho Superior, de apresentação de
146 extrato de cada unidade. A preocupação do conselho é em relação ao atendimento à Lei Nº
147 11.892. As vezes o *campus* começa a distanciar da porcentagem e isso gera um impacto no
148 futuro. O impacto pode vir inclusive na forma de orçamento. O atendimento às leis trata da
149 sustentabilidade das unidades. Marcelo Bregagnoli opinou que existe chance do percentual de
150 cursos técnicos serem revisados na lei 11.892. Ele chamou a atenção para o próximo item a ser
151 discutido que trata exatamente sobre a oferta de um curso técnico, basicamente 3.500 vagas de
152 curso técnico de oferta EaD. **Item 04.04 - Resolução nº 040/2019, de 28 de junho de 2019.**
153 **Dispõe sobre a criação “ad referendum” do Programa de Apoio à Institucionalização da**
154 **Educação à Distância no IFSULDEMINAS.** O Pró-Reitor Giovane da Silva iniciou sua fala
155 afirmando que o IFSULDEMINAS terminou o ano de 2018 com o índice de 50,4 de oferta dos
156 cursos técnicos. Para o ano de 2019 já era esperado propostas de pós-graduação e novo curso de
157 bacharelado. Levando em consideração as propostas de novos cursos foi feita uma projeção que
158 evidenciou que o índice de oferta de ensino técnico iria cair abaixo dos 50%, contrariando a
159 vocação primária da instituição, que é a de oferta de ensino técnico. O presidente tomou a
160 palavra e lembrou que no ano de 2017 houve a liberação de códigos de vagas e TED’s
161 basicamente baseado nos índices de oferta de curso técnico e, na ocasião, o IFSULDEMINAS
162 estava atendendo os índices. Giovane da Silva continuou sua fala dizendo que a partir da
163 intenção da elevação das matrículas e garantir o percentual mínimo da oferta de cursos técnicos,
164 a Diretoria de EaD elaborou o programa de Apoio a Institucionalização da EaD. O programa
165 exige uma contrapartida do *campus* com o envolvimento dos docentes e DDE. O programa
166 também visa uma contraproposta da reitoria, no sentido de que cada curso que o *campus* quiser
167 ofertar vagas, desde que seja oferta de cursos técnicos EaD, a reitoria se responsabiliza na
168 contratação dos tutores (contratados externamente) e será necessário também contar com
169 contrapartida da prefeitura (logística dos alunos). Dessa forma será possível atender 27

170 municípios com a oferta das 3.500 vagas, atualmente. A razão do *ad referendum* é em função do
171 prazo para executar o orçamento desse ano. O reitor o agradeceu o pró-reitor pela integração da
172 reitoria com os *campi*. O item foi colocado em apreciação. O conselheiro Rafael Martins Neves
173 (representante dos servidores Técnicos Administrativos do *Campus* Poços de Caldas) solicitou a
174 palavra. Ele levantou a questão dos tutores que aparecem como professores mediadores na
175 legislação. Ele comentou que a carga horária do professor mediador é variável ao número de
176 alunos e a remuneração varia conforme a taxa de evasão, ou seja, não tem previsibilidade. Ele
177 apontou que a situação de trabalho é um fator a ser pensado, pois as condições não são boas e
178 isso desvaloriza o profissional e dificulta que alguém se candidate ao cargo. O conselheiro
179 propôs que seja estabelecido o mínimo de carga horária de aulas e que a previsão seja feita
180 semestralmente e não mensalmente como ocorre. O presidente passou a palavra para o pró-reitor
181 de ensino que explicou que a contratação dos bolsistas acompanha a portaria Nº 1.152 da SETEC
182 (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação) mas que isso não
183 impede alterações. Ele comentou que é importante frisar que é uma relação de trabalho informal,
184 por bolsas, que não impede que o bolsista desenvolva outras atividades, porém ele afirmou que
185 concorda com a elaboração de uma tabela mínima e que a revisão ocorra semestralmente, e
186 pontuou que cabe ao conselho decidir. Ele reforçou que a metodologia da Portaria Nº 1.152
187 aumentou a eficiência acadêmica nos programas EaD em três vezes. Giovane da Silva comentou
188 também que a legalidade da portaria nº 1.152 se aplica aos programas fomentados do MEC que
189 foram utilizados por analogia, sendo assim, como os programas são do IFSULDEMINAS nós
190 temos autonomia para decidir o piso mínimo sem ferir a portaria Nº 1.152. Ele frisou que,
191 inclusive, os valores do IFSULDEMINAS são maiores do que os de bolsas ofertadas pela
192 CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para oferta de cursos
193 de graduação. Giovane da Silva reforçou também as condições que a instituição teve para
194 executar o projeto e que a tabela contempla o valor máximo possível, além disso teria que
195 reduzir bastante as oportunidades. A conselheira Selma Gouvêa de Barros (*Campus*
196 Inconfidentes) solicitou a palavra e apontou que na tabela 5 referente ao cálculos da matriz
197 equivalente e peso na matriz CONIF falta a carga horária dos cursos, até mesmo porque se for
198 aplicar os índices da tabela sem ter peso não chegaria no valor final apontado. Ela sugere que
199 seja incluído a carga horária na tabela. O pró-reitor de ensino agradeceu a contribuição e afirmou
200 que será acrescentada a coluna de carga horária na tabela. Tendo encerrada as manifestações foi
201 colocada em apreciação do pleno ao aprovação da Resolução Nº 040/2019, de 28 de junho de
202 2019 levando em conta as propostas do conselheiro Rafael Neves de estipulação do valor
203 mínimo de 60%, 12 aulas e revisão semestral, ao invés da revisão mensal como está no texto. O
204 pró-reitor de Ensino afirmou que a proposta principal é resguardar os 50% da oferta de cursos
205 técnicos e sugeriu que a revisão ocorra de forma trimestral e não semestralmente como proposto
206 pelo Rafael. O presidente solicitou aos conselheiros que se manifestem se forem favoráveis de
207 que a revisão ocorra trimestralmente e o conselho aprovou por unanimidade que a revisão ocorra
208 de forma trimestral. Em relação aos valores o pró-reitor de ensino, Giovane da Silva, afirmou
209 que é necessário fazer uma análise a fim de identificar um valor mínimo adequado que não
210 comprometa os 50 % das ofertas de vagas em cursos técnicos que precisam ser atendidos. Ficou
211 acordado então que a Pró-Reitoria de Ensino, através da Diretoria de Educação a Distância, fará
212 uma análise na tentativa de estabelecer um valor mínimo. Bregagnoli chamou a atenção para a
213 tabela das porcentagens dos cursos que está sendo projetada, que identifica a porcentagem dos
214 cursos em cada eixo, cada nível. Ele reforçou que a apresentação da tabela é um compromisso do
215 conselho em apresentá-la em toda e frisou que há preocupação em relação ao atendimento à Lei e

216 sobretudo em relação aos catálogos. Ele deixou claro que é de responsabilidade da unidade o
217 encaminhamento dos dados sabendo dessa questão da matriz, o mínimo que cada curso recebe
218 em função do catálogo. Dando continuidade a pauta o presidente chamou à mesa a pró-reitora de
219 pesquisa, pós-graduação e inovação e presidente do CEPE, professora Sindynara Ferreira, para
220 apresentação do item **05. Pautas encaminhadas pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e**
221 **Extensão: 5.1- CRIAÇÃO DE CURSOS:** Sindynara Ferreira saudou os presentes e iniciou a
222 apresentação da pauta do CEPE. Ela afirmou que é necessário que o representante do *campus*
223 explique a importância da criação dos cursos no local/ região onde ele está inserido. **Item 5.1.1 -**
224 **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem Subsequente - presencial, do**
225 **Campus Machado; Histórico / PPC.** Sindynara Ferreira passou a palavra para a diretora de
226 desenvolvimento institucional, professora Aline Manke Nachtigall, que explicou que a
227 coordenadora do curso, professora Telma de Lima está em afastamento maternidade e por isso
228 ela irá fazer a apresentação. A professora Aline Nachtigall explicou que o curso vem sendo
229 pensado desde 2018 e já tramitou no , CADEM (Colegiado Acadêmico), CAMEN (Câmara de
230 Ensino) e CEPE (Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão) . O curso ficou “adormecido” pois
231 o CEPE questionou em relação ao número de docentes para atendimento da demanda e agora o
232 *Campus* conseguiu contratar mais dois professores da área e por isso o projeto de criação do
233 curso está sendo apresentado agora ao Conselho Superior. Aline explicou que o curso prevê 35
234 vagas diurnas e frisou que houve um levantamento de demanda na região o que evidenciou a alta
235 procura por cursos na área da saúde. Assim, a aprovação do curso será em atendimento a uma
236 demanda da região e também contribuirá para o percentual de vagas ofertadas dos cursos
237 técnicos. Encerrada a sua fala, a professora Aline se colocou à disposição para possíveis dúvidas
238 e sugestões. O presidente colocou o item em apreciação e a conselheira Beatriz da Glória
239 (representante docente do *Campus* Passos) pediu a palavra para fazer alguns apontamentos e
240 expor sua preocupação em relação a criação do curso no *Campus* Machado para início imediato.
241 Beatriz demonstrou preocupação principalmente no que refere a carga horária do curso,
242 principalmente pelo número pequeno de professores, pois o PPC tem 2 professores, 35 vagas
243 para 1.200 horas. Ela comentou que algumas alterações aconteceram recentemente contou que o
244 COFEN (Conselho Federal de Enfermagem) fez algumas alterações na questão da oferta de
245 estágio, que é a questão mais preocupante pois, de acordo com o que consta no PPC, é necessário
246 oferecer 600 horas de estágio supervisionado. A COFEN publicou uma normativa reduzindo a
247 carga horária de estágio supervisionado para 400 horas/aluno. Diante a essa alteração a
248 conselheira a propõe que seja feita uma reanálise nos PPCS dos cursos de Enfermagem ofertados
249 pelo IFSULDEMINAS (*Campi* Machado, Passos e Muzambinho) a fim de estudar a redução
250 dessa carga horária nos PPCS dos cursos o que, embora ela acredite que não seja muito vantajoso
251 a nível de qualidade de ensino, no contexto atual da rede pode possibilitar o aumento do número
252 de vagas ofertadas. Ela reforçou a proposta para criação de uma equipe dos cursos de
253 enfermagem faça nova avaliação dos PPCs a fim de adotar ou não a redução da carga horária. A
254 conselheira, sendo docente da área de enfermagem, se propôs a reunir com os representantes do
255 curso de cada uma das unidades para analisar os PPCs. O presidente agradeceu a contribuição da
256 conselheira e solicitou que ela encabece a ação junto à Pró-Reitoria de Ensino e do grupo de
257 trabalho que deverá ser formado. O presidente, a pedido da pró-reitora Sindynara, chamou a
258 atenção da importância da aprovação de criação do curso técnico, sobretudo no *Campus*
259 Machado, para atender o percentual de vagas ofertadas de cursos técnicos. O conselheiro Renan
260 Silvério pediu a palavra e apontou erros no quadro de membros do Consup e no CEP (comitê de
261 ética em pesquisa com seres humanos) da Reitoria e solicitou que sejam corrigidos. Renan

262 Silvério parabenizou pelo capítulo 16 sobre “políticas de atendimento dos usuários com
263 necessidades especiais”. O item foi posto em apreciação e foi aprovado por todos com a ressalva
264 da criação do Grupo de Trabalho liderado pela conselheira Beatriz da Glória. **Item 5.1.2 –**
265 **Projeto Pedagógico do Curso Superior em Administração (bacharel) - presencial, do**
266 **Campus Avançado Carmo de Minas;** A palavra foi dada ao Diretor-Geral do *Campus* Avançado
267 Carmo de Minas, professor João Olympio, que fez um breve relato da história do *campus* que
268 existe há apenas 5 anos atendendo ao município de Carmo de Minas e região na área de
269 administração de empresas, alimentos e informática, e hoje, atende nas modalidades a distância e
270 presencial mais 1.400 alunos. O diretor João Olympio afirmou que o *Campus* Avançado Carmo
271 de Minas, assim como o *Campus* Avançado Três Corações vem apresentando um crescimento
272 vertical, uma vez que iniciaram o *campus* com a oferta apenas de curso subsequente. Ele e o
273 diretor-geral Francisco Vitor tiveram a visão de iniciar a oferta de cursos integrados e tem sido
274 bem-sucedidos e aceitos pela sociedade. Ele apresentou também que um levantamento realizado
275 na região apontou o anseio da sociedade pelo curso superior em administração. A proposta é que,
276 inicialmente, o curso oferte 35 vagas/ano. O item foi posto em apreciação e aprovado sem
277 ressalvas. O presidente Marcelo Bregagnoli agradeceu a apresentação e elogiou os *campi*
278 avançados Carmo de Minas e Três Corações que tem servido de modelo para a rede federal.
279 Dando prosseguimento, foi dada a palavra ao diretor-geral do *Campus* Três Corações, professor
280 Francisco Vitor. **Item 5.1.3 – Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão**
281 **Educacional: supervisão, inspeção e orientação educacional - presencial do Campus**
282 **Avançado Três Corações.** O diretor-geral Francisco Vitor explicou que a Secretária de
283 Educação do município de Três Corações procurou o Instituto Federal para discutir a
284 possibilidade de oferta do curso de Especialização em Gestão Educacional, uma vez que esse
285 curso é obrigatório para quem deseja atuar na gestão pública municipal. O diretor Francisco
286 Vitor explicou que a oferta do curso é uma demanda local mas que teve procura de outras
287 universidades para a oferta do curso na modalidade EaD de pós-graduação. O presidente colocou
288 o item em apreciação e foi aprovado sem ressalvas. **Item 5.1.4 – Projeto Pedagógico do Curso**
289 **de Especialização em Matemática - ensino a distância, do Campus Inconfidentes;** O
290 professor Carlos Cezar da Silva, coordenador do curso, recebeu a palavra e explicou que existe a
291 oferta do curso presencial no *Campus* desde 2010, porém nos últimos anos está sendo difícil
292 completar a matrícula dos 20 alunos/ano. Ele afirmou que foi realizada pesquisa para avaliar a
293 viabilidade do Curso de Especialização em Matemática em EaD e obteve um interesse
294 significativo. Ele afirmou que o *campus* está buscando a ampliação da educação em matemática
295 e que, no futuro, anseia por ofertar mestrado em Matemática. O diretor-geral Luiz Flávio
296 completou adicionando que é mais um elemento para compor a estrutura do curso a possibilidade
297 de atender demandas fechadas, por exemplo, as secretarias estaduais de educação. Ele afirmou
298 que vai ter um contato com a superintendência Regional de Pouso Alegre dos docentes que
299 atuam diretamente no ensino da Matemática - secretaria de educação de matemática. O
300 presidente colocou o item em apreciação e foi aprovado pelo conselho. **Item 5.1.5 – Projeto**
301 **Pedagógico do Curso de Especialização em Sistemas de Produção – ensino a distância, do**
302 **Campus Poços de Caldas; Histórico / PPC;** O coordenador do curso, professor Sérgio Pedini,
303 tomou a palavra para fazer as explicações sobre a pauta. O professor Pedini explicou que a
304 criação do curso é um convênio que existe entre o CONIF (Conselho Nacional das Instituições
305 da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) com a ANEP (Autoridade
306 Nacional de Educação Profissional) do Governo de Moçambique, com parcerias que envolvem a
307 ABC (Associação Brasileira de Cooperação) e a SETEC. Sérgio Pedini citou que o presidente,

308 reitor Marcelo Bregagnoli, inclusive é quem coordena o projeto no CONIF. Ele comentou que
309 possivelmente o IFSULDEMINAS receberá mais um grupo de docentes formadores de
310 Moçambique. Ele afirmou que tem acompanhado as ações ao longo dos dois anos e participado
311 das avaliações dos programas de capacitação dos Moçambicanos em Brasília e, por dois anos
312 consecutivos, eles lançaram demandas de cursos de especialização em todos os níveis. Pedini
313 explicou que com base nos estudos que foram feitos ao longo dos dois anos de parceria e nas
314 demandas específicas apresentadas, foi elaborado a proposta de um curso de especialização de
315 sistema de produção na área de agropecuária. O curso conta com uma etapa de 20% presencial,
316 que ocorrerá em Maputo – Moçambique. Ele frisou que não foi feita a visita ao local, porém a
317 documentação foi enviada e analisada pelos técnicos mas deverá ser feita provavelmente em
318 setembro uma vez que estará visitando o país apoiado pela ABC e o professor irá concluir a etapa
319 da visita *in locu* ao local onde será ofertado o curso. O reitor Marcelo Bregagnoli retomou a
320 palavra e comentou que o governo de Moçambique afirmou que essa ação de relacionamento foi
321 a maior ação de Capacitação envolvendo Brasil e Moçambique foi essa da Rede Federal. O
322 presidente abriu espaço para manifestação e apreciação do item. O item foi aprovado sem
323 ressalvas. **Item 5.1.6 – Projeto Pedagógico do Curso de Especialização no Programa de**
324 **Aprimoramento Profissional em Medicina Veterinária – presencial, do Campus**
325 **Muzambinho;** O professor Paulo Vinicius Tertuliano Marinho, coordenador do curso, explicou
326 que o programa de aprimoramento profissional visa aperfeiçoar os conhecimentos do médico
327 veterinário já formado, com duração de 2 anos. Ele explicou também que, inicialmente, existe a
328 proposta de serem ofertadas nove (09) especialidades dentro do curso, com a ideia de ser algo
329 similar a residência médica. Com isso, acredita-se também que seja possível ampliar os serviços
330 veterinários ofertados pelo hospital veterinário do *Campus* Muzambinho além de enriquecer a
331 capacitação do discente do curso de Medicina Veterinária. A conselheira Selma G. de Barros
332 solicitou a palavra e questionou se a análise não deveria estar sendo feita baseada na tabela
333 projetada e questionou se a tabela está completa com os cursos que estão sendo apresentados
334 hoje. Especificamente em relação ao curso de Veterinária no *Campus* Muzambinho, a conselheira
335 comentou que analisando os cursos ofertados pela unidade é possível perceber que é ofertado
336 apenas a graduação e já estão propondo aperfeiçoamento. O presidente Marcelo Bregagnoli
337 explicou que a tabela realmente não reflete os cursos por ora apresentados uma vez que não
338 foram aprovados, no caso, serão acrescentados após a aprovação. Em relação a verticalização do
339 ensino, o presidente passou a palavra ao diretor-geral do *Campus* Muzambinho, professor Renato
340 Aparecido de Souza, que comentou que embora a tabela não tenha a projeção dos cursos que
341 estão sendo aprovados na reunião de hoje, internamente o *Campus* Muzambinho tem a projeção
342 dos cursos. Com relação a verticalização, ele comentou que tem um curso técnico em
343 agropecuária que é ofertado uma parte zootécnica e parte dos alunos acabam migrando para o
344 curso de medicina veterinária. O conselheiro Renan Silvério solicitou um pouco mais de atenção
345 no regimento ao que tange alunos com necessidades especiais. O diretor Renato chamou a
346 atenção para o fato de que este é um curso de especialização de formato muito distinto dos que já
347 foram apresentados no Conselho Superior, e afirmou que é uma questão de particularidade da
348 área e que deve ser respeitado, talvez seja um modelo inovador dentro da própria rede (apenas o
349 Instituto Federal da Paraíba tem um aperfeiçoamento com essa carga horária). Ele frisou que o
350 funcionamento do hospital-escola seria muito proveitoso para os estudantes da graduação, no
351 sentido do aproveitamento das rotinas que acontecerão no hospital veterinário. O item foi posto
352 em apreciação e aprovado. Dando prosseguimento, o presidente solicitou permissão para fazer o
353 encaminhamento das pautas seguintes em bloco, o que foi atendido pelo Conselho. **Item 5.2-**

354 **ALTERAÇÕES DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS. Item 5.2.1– Projeto**
355 **Pedagógico do Curso Técnico em Administração Concomitante – ensino a distância, do**
356 **Campus Avançado Carmo de Minas; Item 5.2.2– Projeto Pedagógico do Curso Técnico em**
357 **Administração Subsequente – ensino a distância, do Campus Avançado Carmo de Minas;**
358 **Item 5.2.3– Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem Subsequente –**
359 **presencial, do Campus Muzambinho; Item 5.2.4– Projeto Pedagógico do Curso Superior**
360 **em Medicina Veterinária (bacharelado) – presencial, do Campus Muzambinho; Item 5.2.5–**
361 **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Fruticultura Subsequente – ensino a distância, do**
362 **Campus Inconfidentes; Item 5.2.6– Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia**
363 **em Cafeicultura – presencial, do Campus Muzambinho.** A conselheira Beatriz da Glória
364 (representante docente do *Campus* Passos) pediu a palavra para apontar a questão do PPC do
365 Curso Técnico em Enfermagem Subsequente – presencial do *Campus* Muzambinho (Item 5.2.3).
366 Beatriz da Glória comentou que analisou o documento e viu que, embora tenham sido feito
367 alguns dos ajustes pontuados na última reunião, são necessários novos ajustes como a questão do
368 estágio que ainda está frágil e a questão do regulamento do estágio. Ela afirmou também que o
369 PPC fala de aprovação de um regulamento de estágio anexo ao PPC, porém o documento não foi
370 disponibilizado para análise dos conselheiros. Tendo feito os apontamentos, ela acredita que não
371 deva ser aprovado o documento. A palavra foi dada ao Diretor-Geral Renato de Souza que
372 esclareceu que o projeto já havia sido aprovado na última reunião do CONSUP. Ele afirmou que
373 foi feita nova reunião, principalmente em função da fala da conselheira na reunião do dia 27 de
374 março/19, e a única proposta apresentada de alteração no projeto já aprovado era a redução no
375 quantitativo de estudantes ingressantes de 40 para 30. O diretor acrescentou que acredita que a
376 discussão proposta pela conselheira, se organizado pela PROEN, será saudável e proveitosa. A
377 pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, professora Sindynara Ferreira, reforçou o
378 encaminhamento da professora Beatriz quando ao anexo do PPC, afirmando que esse
379 documento, tendo sido citado, deve estar dentro do PPC. O conselheiro Renan Silvério pediu a
380 palavra e parabenizou as alterações nos documentos apresentados na pauta pois atendem a
381 solicitação que vem sendo feita pelo conselheiro já a um ano e tratam de forma adequada a
382 questão das pessoas com necessidades especiais. Diante das observações da conselheira Beatriz
383 da Glória, o presidente colocou as alterações de todos os PPCS do item para apreciação, com
384 exceção do PPC do Curso Técnico em Enfermagem Subsequente – Presencial do Campus
385 Muzambinho (item 5.2.3), e o conselho aprovou as alterações propostas. Em relação ao item
386 5.2.3, o presidente fez o encaminhamento de que seja criado um Grupo de Trabalho (GT) para
387 discutir as propostas de alterações no documento e que, após a revisão do documento, seja
388 emitida resolução “ad referendum”. O diretor-geral do *Campus* Muzambinho tomou a palavra
389 para reforçar que a princípio a alteração proposta é apenas em relação ao número de vagas para
390 alunos ingressantes e caso as análises do GT leve muito tempo o número de ingressantes
391 continuará a ser de 40 alunos, o que é de comum opinião que é um número elevado de alunos.
392 Diante do argumento, o presidente estipulou que o GT tem o prazo de 30 dias para executar a
393 análise e fazer as alterações para então ser emitida resolução *ad referendum*. O presidente
394 destacou que serão emitidas resoluções *ad referendum* também para os cursos de enfermagem
395 dos *campi* Machado e Passos uma vez que, assim como o curso do *Campus* Muzambinho, estes
396 passarão por revisão e análise do GT. O conselho aprovou o encaminhamento do presidente.
397 Prosseguindo a pauta, Marcelo Bregagnoli comentou que o próximo item está dentro do escopo
398 de reanálise e replanejamento da Instituição para adequar a sua aplicabilidade. A palavra foi dada
399 a Sindynara Ferreira para apresentação também do item **5.3- Reformulações de Regimentos:**

400 **5.3.1– Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) – alteração da Resolução**
401 **107/2014;** Sindynara Ferreira explicou que sempre que tiver algum item a título de reformulação
402 dentro de regimento e demais documentos nesses aspectos tentará ser adotado a ação de enviar
403 aos conselheiros a resolução original, a resolução limpa e as alterações a parte para facilitar o
404 entendimento dos conselheiros. A pró-reitora Sindynara Ferreira passou a palavra para o pró-
405 reitor Giovane da Silva para apresentação do item. **5.3.1 Regimento do Núcleo Docente**
406 **Estruturante (NDE) – alteração da Resolução 107/2014.** Giovane da Silva explicou que as
407 alterações são adequações às novas diretrizes regulatórias de supervisão do MEC (Ministério da
408 Educação). A conselheira Jane Piton apontou que o texto ficou um pouco confuso em relação ao
409 período de mandato e apontou que a CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação
410 Superior) determina que o mandato tem que ser mínimo de 3 anos e o texto do Regimento do
411 NDE está diferente, diz que o mandato é de 4 anos, e comentou que no *campus* tem mandatos
412 diferentes visto que os membros foram sendo trocados de forma a não resguardar o tempo final
413 de mandato. Ela sugeriu que o mandato tenha validade igual para todos os membros. Jane então
414 perguntou como ocorrerá o mandato. Giovane da Silva se comprometeu em analisar e adequar no
415 sentido de tornar o documento mais claro em relação ao que foi apontado pela conselheira.
416 Quanto aos mandatos atuais, Giovane afirmou que no artigo 14 ficam garantidos os atuais
417 mandatos dos membros do NDE. O encaminhamento da pauta é que a PROEN irá analisar o
418 item específico referente aos mandatos e fazer nova construção que será encaminhada aos
419 conselheiros para apreciação por e-mail. O presidente colocou o item em apreciação levando em
420 consideração a alteração que deverá ocorrer e o conselho aprovou o item. **Item 5.3.2- Termo de**
421 **Criação do Polo de Inovação em Cafeicultura – reformulação da Resolução 32/2016;**
422 Sindynara Ferreira explicou que Termo de Criação do Polo de Inovação em Cafeicultura é uma
423 reformulação da Resolução 32/2016. E pontuou que foi incluído na questão jurídica sobre a
424 fundação de apoio e criação da Empresa Júnior e foram feitas algumas correções no texto. O
425 item foi posto em apreciação e aprovado sem ressalvas. O presidente determinou a pausa para o
426 almoço às 11h 45 min. Havendo quórum, o conselho retornou as atividades às 13h02 min.
427 Dando continuidade a pauta do CEPE. **Item 5.3.3– Regimento Interno do Comitê de Ética no**
428 **uso de Animais – alteração da Resolução 61/2014;** Sindynara Ferreira explicou brevemente
429 que houve uma reformulação retirando todas as legislações que estavam no regimento, uma vez
430 que as mesmas já são bem divulgadas, bem como correções pontuais. O documento que continha
431 24 páginas agora se encontra em uma formato reduzido de 09 páginas apenas. Item posto em
432 apreciação e aprovado sem ressalvas. **Item 5.3.4– Regulamento do Programa de Pós-**
433 **graduação *Stricto sensu* em Ciência e Tecnologia de Alimentos – alteração da Resolução**
434 **115/2016;** Sindynara Ferreira explicou que foram feitas alterações pontuais no documento como
435 a diminuição da carga horária do mestrado para 360 horas, o que atende 24 créditos. Ela solicitou
436 autorização dos conselheiros para simplificar o nome do curso no regimento para “Programa de
437 Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia dos Alimentos” e remover o parágrafo único do
438 artigo 15. O presidente colocou o item em apreciação com as solicitações da Sindynara e obteve
439 aprovação do conselho. **Item 5.3.5- Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal**
440 **Docente (CPPD) – alteração da Resolução 028/2016.** Sindynara explicou brevemente que o
441 documento foi trabalhado nas CPPD’s de *campus* e na CPPD Institucional e também no CEPE.
442 As alterações são pontuais no sentido de reduzir o número de docentes suplentes por *campus*,
443 algumas alterações perante a legislação vigente, melhoras na redação de artigos, exclusão de
444 incisos entre outras alterações. O presidente colocou o item para apreciação tendo sido aprovado
445 sem ressalvas. Dando prosseguimento a pauta, Sindynara apresentou também o item **5.4-**

446 **Criação de Regimento: 5.4.1- Regimento Interno do Polo de Inovação em Cafeicultura.** Ela
447 explicou que o regimento interno passa a denominar toda a composição estrutural e as
448 atribuições de cada cargo do polo de inovação do IFSULDEMINAS – polo Embrapii. O item foi
449 posto em apreciação e aprovado sem ressalvas. O presidente agradeceu a todas as pessoas
450 envolvidas no Polo Embrapii representados na pessoa do diretor Leandro Paiva e também às
451 pessoas envolvidas nas pautas do CEPE. O presidente solicitou um minuto para falar sobre o
452 texto do IFSULDEMINAS, construído pela ASCOM da Reitoria, referente a questão do
453 contingenciamento e sobre a criação do programa FUTURA-SE. Ele agradeceu à ASCOM pelo
454 texto e afirmou que é um documento interessante e que foi baseado em muitas informações e
455 dado. Ele afirmou que é um posicionamento do Conselho aceitar o que for bom para o Instituto e
456 questionar o que não for tão bom assim. O presidente solicitou ao professor Everaldo Rodrigues
457 Ferreira, Chefe de Gabinete da Reitoria, que distribua uma cópia do texto a cada conselheiro
458 presente para que ao final da reunião será retomado com o olhar do conselho. Seria um texto que
459 vai ser emitido via conselho com um posicionamento oficial em relação ao FUTURA-SE. O
460 texto se enquadra como pauta expediente. O presidente convidou o pró-reitor de administração,
461 Honório José Neto de Moraes, representante do CAPI para apresentação do item relacionado ao
462 Colegiado. **Item 06. Pautas encaminhadas pelo Colegiado de Administração e Planejamento**
463 **Institucional (CAPI): 6.1- Aprovação de saldo ref. 11/2017. Projeto de Ações**
464 **Multidisciplinares - Campus Machado – Fadema.** Honório Moraes explicou que o pedido
465 apresentado é de utilização de parte (R\$ 41.704,76) do saldo de valor R\$ 156.704,76 do fundo da
466 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e
467 Tecnológico (FADEMA) para um projeto existente no *Campus Machado*. O item foi apreciado
468 pelo conselho e aprovado. **Item 6.2 - Regimento interno da Corregedoria;** O presidente
469 explicou que a Corregedoria foi criada em março quando foi deliberada pelo Conselho Superior
470 o novo organograma. Ele destacou que a criação do Setor de Corregedoria é um ato de defesa do
471 servidor, e que as ações da corregedoria são de caráter educativo, preventivo e corretivo, a fim de
472 evitar que ocorra processos administrativos que poderiam resultar na demissão de servidores. Ele
473 comentou que o IFSULDEMINAS tem recebido índices baixos nas avaliações do TCU por não
474 ter o setor de Corregedoria. Ele chamou a atenção para o fato de que há um Decreto de 2016 que
475 institui que as instituições que não tiverem criadas suas corregedorias estarão, automaticamente,
476 passíveis à corregedoria externa. O pró-reitor Honório de Moraes tomou a palavra e explicou
477 brevemente a rotina adotada pelo colegiado de Administração. Ele explicou que todas as vezes
478 que o CAPI recebe uma pauta que o corpo não faz parte do colegiado, o CAPI tem convidado um
479 representante para ajudar a apresentar a pauta na reunião do Conselho Superior, dito isso,
480 Honório de Moraes convidou a servidora Silvia Giovanelli Sandrini para apresentar um pouco
481 sobre a Corregedoria. Silvia Sandrini tomou a palavra e explicou que a corregedoria compreende
482 atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades no âmbito Institucional e
483 explicou que para isso é utilizado procedimentos como PAD, sindicâncias e investigações
484 preliminares, que são procedimentos previstos nas Legislações. Ela afirmou que esse setor, por
485 força da criação e determinação da CGU (Corregedoria Geral da União), é um setor de caráter
486 híbrido, ou seja, está subordinado ao gestor máximo da instituição mas também tem que seguir
487 normativas da CGU. Silvia Sandrini apresentou a base legal de criação de sistema de
488 corregedoria e explicou os critérios de indicação do corregedor e requisitos necessários para
489 assumir a função. Ela apresentou também as finalidades da Corregedoria como: centralização das
490 informações correcionais – o que facilita as atividades da gestão e a comunicação com os órgãos
491 de controle; servidores com perfil para atuarem na matéria correcional, evitando erros e outros

492 desgastes; mais precisão na abertura dos procedimentos disciplinares, o que evita que sejam
493 instaurados processos indevidamente; otimização das atividades de correição o que promove um
494 menor custo (tempo e dinheiro) com os procedimentos; promover a gestão de conflitos – o que
495 auxilia os gestores, a fim de evitar a abertura de procedimentos desnecessários e garantir a
496 atividade educacional com maior qualidade, uma vez que o sistema de correição garantirá um
497 melhor desempenho das atividades praticadas pelos servidores. Ela reforçou que as atividades de
498 correição é a mesma que já acontece no Instituto porém, atualmente, tem sido feita pelos
499 diretores das unidades e a corregedoria deve centralizar as ações de correições. O conselheiro
500 Rafael Martins Neves (representante técnico administrativo do *Campus* Poços de Caldas) fez
501 alguns apontamentos que ele julga frágil em relação a função da corregedoria e escolha do
502 servidor para assumir o setor. Ele também demonstrou insatisfação em relação aos poderes que a
503 Corregedoria tem. O conselheiro sugeriu um encaminhamento de rejeição do regimento proposto
504 apresentado na reunião e a formação de uma comissão democrática e coletiva para montagem de
505 novo regimento. O Honório de Moraes corrigiu a fala do conselheiro e esclareceu que o
506 documento não surgiu no CAPI, surgiu na própria corregedoria, que foi aprovada no
507 organograma em março/19. O CAPI recebeu o documento, fez os apontamentos e ele foi
508 devolvido a corregedoria onde foi feita a correção. O presidente Marcelo Bregagnoli reforçou
509 que parte dos apontamentos feitos pelo conselheiro Rafael Neves é sobre a legislação que já
510 versa atualmente. A única parte em que ocorreu alteração foi referente a documentação dos
511 trâmites dada a necessidade legal da CGU PAD, antes as unidades montavam os PAD's, as vezes
512 sem validade legal, de forma bastante estressante e onerosa para a instituição e, em alguns casos,
513 chegava a perder a valia. Em relação a indicação do corregedor, o reitor comentou que esse é um
514 dos poucos cargos que é indicado, porém é importante lembrar que a decisão é pautada em uma
515 série de requisitos. A servidora Silvia Sandrini tomou a palavra e comentou que o artigo 14 que
516 o conselheiro comentou já foi aprovado no regimento interno da Reitoria. Ela deixou claro que
517 estamos seguindo a legislação e a corregedoria é um setor que vai apenas centralizar as ações já
518 realizadas no Instituto. O conselheiro Renan Silvério questionou se caso o item não seja
519 aprovado hoje, existe alguma possibilidade de emissão *ad referendum*. O presidente respondeu
520 que se não for aprovado pelo conselho, não será viável a emissão *ad referendum* e explicou que
521 no caso da decisão pela não aprovação, tem uma carta que deverá ser assinada por todos os
522 conselheiros explicando a CGU o que ocorreu no procedimento do CONSUP, porque como
523 envolve a CCU é necessário um respaldo do reitor. A conselheira Beatriz da Glória solicitou a
524 palavra e apresentou algumas contribuições do Professor Tiago Nunes Severino para melhoria do
525 texto. O professor diz que o texto não define o número de recondução e ele sugere que seja
526 apenas 1 recondução. Ele acredita que é desnecessário a exigência de formação em direito para o
527 corregedor, visto que, tem corregedores com formações em outras áreas em órgãos públicos
528 sendo o mais importante é que ele tenha conhecimentos em governança e mediação de conflitos.
529 Outra observação é que no parágrafo primeiro do artigo 21 diz que a denúncia anônima
530 possibilita deflagrar a declaração preliminar e o ideal é que haja complementação dizendo que
531 “desde que a manifestação ofereça elementos capazes de viabilizar a apuração”, pois, caso
532 contrário o Instituto pode ser cobrado sobre qualquer denúncia que for apresentada. O professor
533 Tiago apontou também que, de forma geral, o texto não deixa materializado os trâmites para
534 garantir a ampla defesa do denunciado. O presidente agradeceu a colocação do professor Tiago,
535 feito através da conselheira Beatriz da Glória. O conselheiro Carlos Alberto Machado tomou a
536 palavra e comentou que o documento apresenta como recurso para o denunciado o reitor e o
537 conselho superior, porém não apresenta nenhum rito e se não aprovar vai ser do senso do

538 conselho superior julgar as situações dos servidores. Ele acredita que o regimento deveria
539 incorporar os ritos. O pró-reitor Honório Neto comentou que entende a colocação do conselheiro
540 Carlos Alberto mas chamou a atenção para o objetivo da pauta que decidir se vai haver a
541 investigação preliminar ou não, e destacou que os critérios serão discutidos posteriormente.
542 Silvia Sandrini tomou a palavra e comentou que a previsão que consta no regimento já é uma
543 previsão legal, ela foi retirada da legislação de PAD, sindicância entre outras. A previsão consta
544 no documento apenas prevendo que existem essas instâncias recursais, a forma como é feito o
545 julgamento é de acordo com o regulamento e explicou que, no que referente ao Conselho
546 Superior, é necessário seguir o que consta no Regimento do Conselho Superior sobre o assunto.
547 No caso de recurso, o corregedor se manifesta e o reitor caracteriza uma instância recursal, assim
548 como o Conselho Superior. Ela reforçou que o modo como será os trâmites recursais não cabe à
549 corregedoria, e deve ser embasado na legislação. O presidente Marcelo Bregagnoli sugeriu
550 acrescentar no item 29 “em conformidade com a legislação em vigor” e detalhar qual a
551 legislação que versa sobre a situação. O presidente comentou que o critério já existe em âmbito
552 Federal e que, após a aprovação, deverá ser criada nova resolução para tratar sobre os processos
553 administrativos. O Diretor-Geral do *Campus* Poços de Caldas, professor Thiago Caproni,
554 perguntou se a legislação estabelece a autonomia para o Corregedor abrir um Processo
555 Administrativo (PAD). O reitor respondeu que caso haja uma situação envolvendo dois ou mais
556 *Campi*, no caso não haveria a figura central do diretor para abrir o processo, e no caso a
557 Corregedoria deve sugerir ao reitor a abertura do processo. Marcelo Bregagnoli lembrou que
558 a procuradoria e a corregedoria emitem atos de sugestão/aconselhamento, e que compete
559 ao executivo executar ou não, assim também ocorre com os atos que tem por origem a
560 comunidade. O Diretor-Geral do *Campus* Muzambinho, professor Renato, apresentou alguns
561 pontos que o deixou na dúvida e frisou que o artigo 13, inciso 4 que apresenta as competências
562 do Corregedor determina como competência “instaurar um procedimento administrativo”. Ele
563 comentou que sugerir é diferente de instaurar e que o texto deve ser corrigido. Ele
564 complementou dizendo que existem dois artigos, artigos 8 e 13, que falam sobre as competências
565 do corregedor o que deveria estar em apenas um único artigo. Silvia Sandrini explicou que a
566 parte de instauração do processo está no decreto de criação do sistema de correição (artigo 5º),
567 que permite instaurar e determinar a instauração de procedimentos. Silvia Sandrini reforçou que
568 o diretor-geral continua tendo competência para instaurar qualquer tipo de procedimento e que o
569 corregedor, por força do decreto, também tem essa competência. Ela explicou que se o
570 corregedor recebe uma denúncia com elementos suficientes para iniciar um processo preliminar
571 de investigação ou mesmo um PAD ou sindicância, o corregedor tem autonomia para determinar
572 a abertura do procedimento. O presidente Bregagnoli solicitou aos conselheiros que se
573 manifestem se concordam com a solicitação do conselheiro Rafael Neves de retirar plenamente o
574 texto do regimento e explicou que no caso do item ser rejeitado deverá ser constituída uma
575 comissão para elaboração do novo texto. Os conselheiros se manifestaram da seguinte forma: 07
576 manifestações favoráveis ao encaminhamento do conselheiro Rafael Neves, 05 abstenções e 17
577 conselheiros discordaram da sugestão do conselheiro. O presidente apresentou o
578 encaminhamento de que seja mantido o regimento e que este seja trabalhado pelos conselheiros.
579 O conselheiro Carlos Alberto Machado fez alguns apontamentos: No artigo 5º ele solicitou que
580 seja incluído no texto que o corregedor deve ser servidor público federal efetivo do
581 IFSULDEMINAS. A sugestão do conselheiro Carlos Alberto foi aprovada. Sobre o artigo 11, o
582 professor Carlos Alberto sugeriu que seja acrescentado no texto que o servidor deve ser
583 notificado em caso de abertura de PAD e sindicância. O presidente colocou a sugestão em

584 apreciação e foi aprovada. Dando prosseguimento, Carlos Alberto apontou no artigo 13 – item 10
585 que fala que quando necessário a corregedoria será assessorada pela procuradoria federal, e
586 questionou se essa é uma consulta jurídica ou pode ser informal. O presidente esclareceu que
587 essa consulta pode ocorrer de forma informal, pois as vezes trata apenas de algum
588 esclarecimento. Artigo 14 que trata sobre as atribuições do corregedor: – item XVII - “requisitar,
589 quando necessário, que sejam examinados livros, papéis, aparelhos eletrônicos, procedimentos
590 administrativos e quaisquer documentos/matérias, mesmo que conclusos ou arquivados,
591 necessários para o desenvolvimento das atividades da Corregedoria;” o conselheiro pediu que
592 seja alterado o texto para “aparelhos eletrônicos institucionais” e o conselho aprovou a sugestão.
593 Outra alteração sugerida pelo conselheiro é referente ao 15, que trata das atribuições do Assessor
594 de Processos Administrativos (APA): item VI - autuar, encaminhar e arquivar processos sob a
595 responsabilidade da CORREG/IFSULDEMINAS; o conselheiro propôs mudar o termo arquivar
596 processos para arquivar processos analisados. Alteração foi aprovada pelos demais conselheiros
597 O presidente agradeceu as contribuições do conselheiro e passou a palavra para a conselheira
598 Beatriz da Glória que apresentou uma sugestão, a pedido do professor Thiago Nunes, *Campus*
599 Passos, referente o art. 21, parágrafo 1º que diz que “A delação anônima possibilita deflagrar a
600 apuração preliminar, devendo ser colhidos outros elementos que a fundamentem.” o professor
601 sugere que seja acrescentado ao texto a informação que “desde que a manifestação ofereça
602 elementos capazes de viabilizar a apuração”. Prosseguindo, a conselheira Beatriz da Glória
603 expôs também a sugestão referente ao artigo 6º, que trata das reconduções, para que ocorra uma
604 As sugestões foram postas em apreciação e foram aprovadas. O conselheiro Rafael Martins
605 Neves pediu a palavra para sugerir algumas modificações no texto. Ele sugeriu que seja
606 acrescentado um parágrafo no artigo 6º, Capítulo II, dizendo que o Conselho Superior deve
607 referendar a nomeação do corregedor antes de enviar a documentação ao CGU. O presidente
608 Bregagnoli levou a sugestão a apreciação do Conselho e a sugestão do conselheiro foi aprovada.
609 Rafael Neves sugeriu também que sejam alterados os termos usados nos itens 4 (artigo 13) e 11
610 (artigo 14), que “instaurar ou determinar instauração de procedimentos disciplinares” seja
611 substituído por “sugerir a instauração”. Silvia Sandrini comentou que o texto está em decreto. O
612 conselheiro contra-argumentou que o texto deveria ser modificado. A proposta do conselheiro foi
613 posta em votação e obteve maioria de votos, sendo aprovada a alteração no texto. Rafael Neves
614 também expôs uma dúvida em relação ao item 5 do artigo 14 “V - requisitar servidores, para
615 compor as sindicâncias e comissões;” ele perguntou se o corregedor tem o poder de escolher o
616 servidor que irá compor a comissão, e comentou que acredita que o corregedor não deveria deter
617 esse poder, por isso, sugeriu que o texto seja modificado para sugerir servidores para composição
618 de sindicâncias e comissões. A alteração foi posta em votação e foi aprovada pelo conselho.
619 Rafael Neves também fez apontamento referente ao capítulo V – artigo 24 que diz que “Art. 24
620 Havendo insuficientes indícios de autoria e de materialidade, o corregedor abrirá procedimento
621 de investigação preliminar para esclarecer os fatos e determinar com maior precisão o juízo de
622 admissibilidade.” e opinou que se não há indícios, não existe motivo para a abertura de um
623 processo. O Presidente Marcelo Bregagnoli afirmou que a apuração de toda denúncia é uma
624 obrigação legal e portanto não é possível alterar o texto. A Diretora-Geral do *campus* Pouso
625 Alegre, professora Mariana Felicetti, solicitou a palavra e comentou que o conselho está
626 avaliando a pauta como algo negativo quando na verdade é algo benéfico ao servidor, uma vez
627 que investigação evita que o servidor entre, desnecessariamente, em processo de sindicância ou
628 em processo de PAD. O processo investigativo preliminar na verdade, ajuda o servidor evitando
629 desgastes desnecessários. O conselheiro Wagner Roberto Pereira solicitou a palavra, ele afirmou

630 que embora o tópico já tenha passado por votação, ele conferiu a questão do Decreto 5.480 de
631 2005 que foi a base para elaboração do regimento. Referente aos itens 4 (artigo 13) e 11 (artigo
632 14) que diz sobre Instaurar ou determinar instauração de procedimentos disciplinares” e que o
633 Conselho aprovou a alteração do termo para Sugerir a Instauração, o conselheiro chamou a
634 atenção de que o Decreto deixa claro que o corregedor tem que Instaurar e Determinar. O
635 presidente da mesa, Marcelo Bregagnoli, sugeriu que seja adotado o seguinte encaminhamento
636 ao conselho a respeito do item discutido: Que seja feito questionamento ao CGU acerca desse
637 item para poder definir e que, assim que a CGU der a resposta, o documento seja encaminhado
638 aos conselheiros para consulta on-line. O conselho aceitou o encaminhamento proposto pelo
639 Presidente. Assim, Marcelo Bregagnoli colocou em apreciação o Regimento Interno da
640 Corregedoria e o documento foi aprovado pelo conselho levando em consideração as alterações
641 sugeridas e com o encaminhamento que de questionamento à CGU. O reitor agradeceu a
642 servidora Silvia Sandrini e elogiou o trabalho que já vem ocorrendo, que anteriormente era
643 desenvolvido pelo Professor Raul Henrique Sartori e que agora vem sendo feito pela servidora
644 Silvia Sandrini. Dando prosseguimento, o presidente passou a palavra para o pró-reitor de
645 Administração, Honório José Neto de Moraes para apresentação do item **6.3- Minuta para**
646 **cobrança de aluguel de espaço físico;** O pró-reitor Honório de Moraes solicitou inicialmente a
647 substituição do termo “locação” em todo o documento por “cessão onerosa ou gratuita de espaço
648 público”, pois locação, conforme a legislação é diferente e como se trata de bem público o termo
649 que deve ser adotado é cessão. A alteração do termo não muda o contexto do documento, muda.
650 Honório de Moraes comentou que o item surgiu em uma reunião do colégio de dirigentes e foi
651 avaliada pelo CAPI. Dito isso, Honório de Moraes colocou o item para apreciação do Conselho.
652 A conselheira Selma Gouvêa de Barros questionou se essa pauta diz respeito a servidores que são
653 moradores do *campus*, como o que ocorre no *Campus* Inconfidentes. O pró-reitor Honório de
654 Moraes comentou que o documento é para atender demandas de solicitação de cessão de espaços
655 da Reitoria e dos 08 *campi*, espaços como auditórios, teatros, campos e quadras esportivas entre
656 outros, conforme se encontra elencado no artigo 3º do documento. Os outros artigos já citam
657 eventos e parcerias que a Instituição tem e por isso é referente a cessão onerosa ou gratuita
658 porque a maior das parcerias são gratuitas, como é o caso dos grêmios. Diante de tanta contenção
659 de orçamento surgiu a ideia de cessão onerosa de alguns espaços para instituições não parceiras,
660 tendo arrecadação própria na fonte 150. O diretor-geral do *Campus* Inconfidentes, Professor Luiz
661 Flávio comentou que a questão de moradias dentro da Instituição é diferente e é complicado pois
662 envolve a autonomia da Instituição frente a essas moradias (unidades) e em alguns casos envolve
663 até a autonomia da SPU perante as residências, é algo fora de função, fora da pauta e de
664 autonomias diferentes. Honório de Moraes reforçou que a cessão onerosa ou não é pontual, o
665 espaço não pode ser locado por longo período de forma que atrapalhe as atividades dos alunos. O
666 conselheiro Rafael Neves solicitou a palavra e fez uma proposta de encaminhamento, ele alegou
667 que como o texto foi desenvolvido anteriormente ao projeto FUTURA-SE ele propõe o
668 encaminhamento de rejeição do documento. Ele acha perigoso abrir precedentes de usar
669 recursos que não venham diretamente do estado para o financiamento da instituição o que pode
670 gerar uma desresponsabilização por parte do Estado. O Presidente Marcelo Bregagnoli colocou à
671 sugestão do conselheiro em apreciação e o conselho não aprovou. Rafael Neves solicitou a
672 palavra para sugerir, então, alterações na minuta que prevê que o aluguel do espaço pode ser para
673 eventos e/ou atividades de natureza educacional, científica, esportiva, recreativa ou religiosa e
674 veda qualquer tipo de evento político-partidários. O conselheiro sugere que seja vedada a
675 realização dos eventos religiosos uma vez que o Estado é laico. A sugestão do conselheiro foi

676 posta em votação e o conselho, por maioria de voto, não aceitou a sugestão permanecendo então
677 no documento a permissão para cessão para eventos ecumênicos. Dando continuidade, o
678 conselheiro Rafael chamou atenção para o item 19, que diz respeito ao acompanhamento da
679 cessão do espaço público. “O acompanhamento da cessão de cada um dos espaços será realizado,
680 preferencialmente, pelos: I - Técnicos dos laboratórios, pelos respectivos laboratórios. II –
681 Professores de educação física, pelas academias, poliesportivos, campos e quadras. III –
682 Coordenação Pedagógica pelas salas de aula e anfiteatros. IV – Coordenação de infraestrutura,
683 pelos pátios.” Ele afirmou que os colegas de trabalho ficaram na dúvida sobre o que diz esse
684 artigo e pediu alguma explicação. Honório José comentou que uma vez que ocorrer cessão o
685 espaço deverá, obrigatoriamente, ter algum servidor responsável pelo local, principalmente para
686 os casos que ocorrerem no final de semana. O servidor responsável tem o direito garantido de
687 usufruir da devida folga das horas geradas pela demanda. O item foi aprovado pelos
688 conselheiros. **Item 6.4- Tabela de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso;** Honório
689 de Moraes explicou que todo ano é feito um ajuste nas tabelas de gratificação por encargo de
690 curso ou concurso, tabela essa usada para remunerar as atividades descritas. Por conta do
691 contingenciamento, os valores propostos discutidos nas COPESES e DAE foram os percentuais
692 apresentados. Ele afirmou que o CAPI concordou com os valores propostos em função do
693 contingenciamento. O item foi posto em apreciação e aprovado sem ressalvas. **Item 6.5-**
694 **Normativa Patrimonial;** Honório Neto explicou que a ideia da Normativa Patrimonial é
695 sintetizar em um único documento a legislação existente referente ao assunto e facilitar a
696 identificação de procedimentos. O presidente colocou o item em apreciação e foi aprovado sem
697 ressalvas. O reitor comentou que os itens apresentados no Conselho Superior e aprovados ou
698 não, precisam aguardar 06 meses para ser apresentado novamente, por isso agora, 06 meses a
699 aprovação do Organograma da Reitoria e do *Campus* Machado está sendo apresentado os as
700 alterações propostas nos itens 6.6 e 6.7 a seguir. **Item 6.6- Alteração Organograma Reitoria;**
701 Marcelo Bregagnoli afirmou que a importância do setor de comunicação no IFSULDEMINAS é
702 muito grande e por isso apresentou a proposta de alteração no organograma com a retirada da
703 ASCOM da ligação direta da Chefia de Gabinete e criando ligação direta ao Reitor. A alteração
704 foi posta em apreciação e o item foi aprovado sem ressalvas. A palavra foi passada para a
705 professor Aline Manke Nachtigall para apresentação do **Item 6.7- Alteração Organograma**
706 ***Campus* Machado.** A professora Aline Manke, representando a direção do *Campus* Machado,
707 explicou que a proposta de alteração é fruto de amadurecimento do *campus* em relação ao seu
708 organograma. Devido à complexidade do Ensino e importância da Coordenação Geral de Ensino
709 ela foi promovida a Diretoria de Ensino. A alteração do organograma foi posto em apreciação e
710 aprovado. O presidente explicou que tudo na Instituição era balizado com o Sistec ou a
711 Plataforma Nilo Peçanha, mas com o PEIA o Instituto está conseguindo analisar os índices e
712 antecipar as ações. Ele comentou que o PEIA é um programa basicamente desenvolvido por
713 bolsistas do IFSULDEMINAS amparados pela PIBO (Programa Institucional de Bolsas). O
714 presidente convidou os servidores Leonardo Ciscon (analista de tecnologia da informação) e
715 Giovane José da Silva (pró-reitor de ensino) para fazer a apresentação dos itens relacionados ao
716 PEIA. **Itens 07. Pauta encaminhada pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). 07.1**
717 **Submissão do Plano de Projeto da Segunda Edição do PEIA (Programa de Estatísticas,**
718 **Indicadores e Informações Acadêmicas) e item 08. Pauta encaminhada pela Pró-reitoria de**
719 **Ensino (PROEN) 08.1 - PEIA - prestação de contas do exercício 2018/2019 – Pró-reitoria de**
720 **Ensino.** Giovane da Silva explicou que o PEIA é um programa que foi aprovado pela Resolução
721 N° 046/2018. O PEIA abriga diferentes projetos. O regimento manda que após um ano de

722 execução de determinado projeto se apresente os resultados ao Conselho Superior e o Conselho
723 aprova o plano de trabalho para o próximo ano. Ele pontuou os trabalhos desenvolvidos pelo
724 PEIA ao longo do ano e afirmou que os resultados dos trabalhos estarão sendo divulgados por
725 meio de uma ferramenta chamada Painel do Ensino e que será apresentada em todos os *campi* do
726 IFSULDEMINAS. Encerrada sua fala, Giovane passou a palavra para o servidor Leonardo
727 Ciscou, Coordenador do Setor de Análise da Informação, para apresentação do Item **7.1-**
728 **Submissão do Plano de Projeto da Segunda Edição do PEIA (Programa de Estatísticas,**
729 **Indicadores e Informações Acadêmicas) – Diretoria de Tecnologia da Informação.** Leonardo
730 Ciscou comentou que a ideia é a aprovação do projeto por mais 12 meses e apresentou algumas
731 das metas a serem cumpridas, como o atendimento das leis em relação às prestações de contas,
732 tendo maior transparência em cima dos dados que temos disponíveis. Ele explicou que, no
733 primeiro ano, foram trabalhados mais dados acadêmicos e que a intenção é que seja feito o
734 cruzamento dos dados das outras áreas. O objetivo é expandir e aprimorar o banco de dados das
735 informações e transformar as informações em conhecimento, fazer análise de forma mais visual
736 a fim de disponibilizar e facilitar o acesso às informações e prever a evasão do aluno. É objetivo
737 também analisar a pesquisa no site buscando por informações por vestibular, analisar quantos
738 candidatos realizaram suas inscrições, quantos compareceram no dia da prova, entre outras
739 informações. O programa busca fornecer mais informações e conseguir prever o ambiente do
740 Instituto. O presidente destacou que a apresentação do item é uma formalidade por questão
741 estatutária e afirmou que é importante saliente que regimentos e estatutos pautados em base de
742 dados segura como o PEIA facilita as análises dos dados e tomada de decisão. Os itens foram
743 postos em apreciação e não teve ressalvas. Ele agradeceu a participação dos servidores Giovane
744 da Silva e Leonardo Ciscou. **09. Expediente:** O Presidente solicitou ao Pró-Reitor Honório Neto
745 apresentar o Instrumento desenvolvido pela Pró-Reitoria de Administração: Painel da
746 Administração. Marcelo Bregagnoli comentou que a PROGEP e PROAD darão um curso aos
747 conselhos (CAPI, CEPE E CONSUP) sobre gestão orçamentária a fim de munir os membros de
748 informações básicas necessárias para analisar os dados do Instituto e poder argumentar com
749 conhecimento sobre as diversas questões apresentadas nos conselhos que envolvem orçamento e
750 finança. O Painel da Informação vem de encontro com o princípio da transparência e ficará
751 disponível para consulta da comunidade interna e externa. A partir do painel foi retirado dados
752 que estão sendo apresentados em forma de texto pela equipe da ASCOM e será lido em conjunto
753 após a apresentação do pró-reitor Honório Neto. Honório tomou a palavra e explicou que esse
754 painel surgiu da necessidade da PROAD em localizar informações rápidas e de forma fácil diante
755 do sistema confuso de obtenção de dados e informações existentes. O objetivo é passar todas as
756 informações referentes a receita e despesa para o Painel da Administração. Honório Neto fez
757 uma breve demonstração do que é o Painel da Administração e comentou que o Painel foi
758 apresentado, apreciado e aprovado pelo Colégio de Dirigentes. Honório Neto agradeceu o setor
759 de Comunicação pelos vídeos instrucionais que estão sendo desenvolvidos e que serão
760 divulgados para todo o IFSULDEMINAS. Ele afirmou que o Painel de Administração deverá ser
761 atualizado semanalmente às terças-feiras e que estará disponível para consulta pública. Honório
762 encerrou sua apresentação colocando PROAD à disposição para esclarecer possíveis dúvidas e
763 divulgou o link para consulta
764 ([https://datastudio.google.com/embed/u/0/reporting/1zsmFrbVWKSZOfr8HJBtzVlxf70iIhWtx/
page/3Ivv](https://datastudio.google.com/embed/u/0/reporting/1zsmFrbVWKSZOfr8HJBtzVlxf70iIhWtx/page/3Ivv)). Honório Neto reforçou que o objetivo do instrumento é fornecer dados para análise
765 das unidades e setores de forma total ou de forma individual o que permite um melhor
766 planejamento para sanar os gargalos que ainda existem, para criação de planos e metas de
767

768 consumo, economia, sustentabilidade e de desenvolvimento institucional. O presidente
769 Bregagnoli agradeceu à PROAD pela criação do instrumento que é uma ferramenta importante
770 de gestão, além de ser uma ferramenta de disponibilização ao público da atual situação
771 orçamentária das unidades. O presidente explicou que, em função da temática, foi escrito uma
772 Nota pela ASCOM do IFSULDEMINAS e trabalhada no Colégio de Dirigentes contendo os
773 dados técnicos. O presidente colocou em apreciação a emissão de Nota e pediu que caso o
774 conselheiro seja contrário a emissão da nota que ele se manifeste. Não houve manifestação
775 contrária e nem abstenções. O conselho superior aprovou a publicação da Nota. Tendo encerrada
776 a pauta da reunião, o presidente, reitor Marcelo Bregagnoli agradeceu ao *Campus Inconfidentes*
777 e ao diretor-geral Luiz Flávio pela hospitalidade e a todos pela presença e participação na
778 reunião do Conselho Superior. O Presidente declarou encerrada a reunião às quinze horas e trinta
779 e sete minutos. Eu, _____ Paloma Oliveira Milagres, Secretária “ad hoc”
780 deste Conselho, lavrei a presente Ata, que após apreciação será assinada por todos os presentes.
781 Inconfidentes, vinte e nove de agosto de 2019.

Presidente do Conselho Superior

Marcelo Bregagnoli _____

Representantes Docentes

Marcelo Augusto dos Reis _____

Selma Gouvêa de Barros _____

Pedro Luiz Costa Carvalho _____

Carlos Alberto Machado Carvalho _____

Beatriz Glória Campos Lago _____

Jane Piton Serra Sanches _____

Fernando Carlos Scheffer Machado _____

Representantes do Corpo Discente

Ana Paula Carvalho Batista _____

Renan Silvério Alves de Souza _____

Oseias de Souza Silva _____

Felícia Erika Nascimento Costa _____

Representantes Técnicos Administrativos

Wagner Roberto Pereira _____

Matheus Borges de Paiva _____

Rafael Martins Neves _____

Rosana Rovaris Zanotti _____

Reginaldo de Oliveira _____

Representantes dos Egressos

Cesar Augusto Neves
Keniara Aparecida Vilas Boas
Isa Paula Avela Rezende

Representantes Entidades Patronais

Mário Ferraz de Araújo

Representantes Entidades Trabalhadores

Teovaldo José Aparecido

Representantes do Setor Público ou Estatais

Hudson Marco Ferreira Fernandes

Representantes Diretores-gerais dos *Campi*

Luiz Flávio Reis Fernandes
Aline Manke Nachtigall
Renato Aparecido de Souza
Flávio Donizete de Oliveira
Thiago Caproni Tavares
Mariana Felicetti Rezende
João Olympio de Araújo Neto
Francisco Vitor de Paula

